

Rondônia: uma alternativa para os migrantes?

* Pe. Luiz Bassegio

1 - INTRODUÇÃO

O estado de Rondônia passou a ser apresentado como uma alternativa a partir do momento em que dois fatores importantes se conjugaram: o fracasso de alguns projetos governamentais, como a Transamazônica, e o crescimento dos conflitos pela terra no campo, sobretudo nas regiões Sul e Centro-Oeste.

A Belém-Brasília, que se apresentou como uma nova possibilidade para os migrantes, absorveu um número insignificante de famílias. Por meio da Transamazônica pretendia-se assentar, na década de 70, um milhão de famílias. Fatores como insalubridade, infertilidade do solo e falta de preparo dos colonos, permitiram a fixação de apenas um pequeno número. Então, o governo passou a ocupar a Amazônia por meio de médias e grandes empresas.

Paralelo a isso, os conflitos nas regiões Sul e Centro-Oeste iam aumentando e se intensificando. Era preciso achar uma outra válvula de escape. Surge a colonização de Rondônia que, além do fracasso da Transamazônica e do seu abandono, é fruto sobretudo dos fatores de expulsão da região Sul, como mecanização, concentração fundiárias etc.(1).

Visando fornecer algumas informações para se compreender o sentido da migração para Rondônia, o Cepam

(Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes), fez um levantamento no ano de 1987 com 1.866 famílias migrantes. Foram aplicados questionário em 14 municípios do estado. Passo a tecer algumas considerações sobre os principais dados obtidos pela pesquisa, bem como a levantar alguns pontos para reflexão.

2 - ESTADO DE ORIGEM DOS ENTREVISTADOS

No tocante ao local de nascimento, quatro estados ganham realce, a saber: Minas Gerais (28,08%), Paraná (13,18%), São Paulo (10,98%) e Espírito Santo (10,66%). Seguem-se a Bahia e o Rio Grande do Sul com 7,02 e 4,71%, respectivamente. Somados juntos, estes seis estados perfazem um percentual de 64,63%.

3 - ÚLTIMO ESTADO DE PROCEDÊNCIA

Perguntados sobre sua procedência imediata, 37,40% responderam ter saído do Paraná; 15,70% do Mato Grosso; 10,82% do Espírito Santo; 8,73% de Minas Gerais; 6,69% do Mato Grosso do Sul e 5,78% de São Paulo.

Confrontando estes dados com os obtidos anteriormente, observam-se variações significativas. Enquanto Minas Gerais sofre uma drástica redução em seu percentual, o Paraná desponta como sendo o principal fornecedor de migrantes para Rondônia. Isto indica que o Pa-

Foto: Arquivo do CEM



Foto: Arquivo do CEM

Paraná, para boa parte dos migrantes. representou apenas uma etapa da migração. Haja vista que este estado, receptor de grandes contingentes migratórios nas décadas de 40, 50 e 60, vindos de Minas, Nordeste e extremo sul do país, nos anos 70 expulsou mais de um milhão de pessoas.

Outros estados que merecem aqui atenção são o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, responsáveis por 15,70 e 6,69%, respectivamente, no fornecimento direto de migrantes para Rondônia. Estes mesmos estados, tomados a partir do local de origem, juntos respondem por menos de 2% do total dos entrevistados. Isso equivale a dizer que ambos representam apenas uma etapa no percurso migratório, e uma etapa de curta duração, pois trata-se de uma fronteira ocupada em seqüência ao Paraná.

Por sua vez, o Espírito Santo revela uma característica própria, diferente dos casos analisados. Ou seja, as duas taxas percentuais obtidas em nosso levantamento são equivalentes, mostrando que para a grande maioria dos capixabas, a migração para Rondônia ocorreu diretamente.

4 - ETAPAS MIGRATÓRIAS

Perguntados sobre quantas vezes migraram, das 1.866 entrevistas, apenas 14,0% das famílias disseram ter feito da vinda para Rondônia sua primeira experiência migratória. No outro extremo, 0,28% (o equivalente a 5 famílias), migraram mais de vinte e cinco vezes.

Disseram ter migrado duas vezes, 27,8% dos entrevistados, enquanto a grande maioria, aproximadamente 50,0%, migrou entre três e sete vezes.

Perguntado sobre as constantes mudanças, um dos entrevistados afirmou: "Nestas sete vezes de migração, só levei na cabeça, só tomei prejuízo. O que tinha conseguido num lugar, perdia tudo ao sair".

Além de tratar-se de um povo em constante migração, trata-se de um povo que sofre a contínua espoliação.



5 - GRAU DE INSTRUÇÃO

É lamentável sob todos os aspectos o baixo grau de escolaridade existente entre os migrantes em Rondônia. Consideraram-se totalmente analfabetos 18,0% dos entrevistados e, 66,4% responderam ter o 1º grau incompleto, o que equivale ao semi-analfabetismo, englobando a situação descrita a espantosa cifra de mais de 84,0% dos migrantes.

Mas o problema não termina aí. Os dados oficiais revelam um número crescente de crianças fora da escola, senão vejamos: enquanto em 1986 havia 113.646 crianças freqüentando as salas de aula, nada menos que 174.252 encontravam-se fora da escola, e, em 1987, este número elevou-se para 180.000.

6 - TERRA E MIGRAÇÃO

Perguntados se possuíam terra no local de procedência imediatamente anterior à sua chegada em Rondônia, 70,26% dos entrevistados responderam que não. Já em Rondônia, no momento da pesquisa, o percentual dos que declararam não possuir terra caiu para 42,50%. Se, portanto, uma boa parcela conseguiu o intento da posse da terra, em princípio deveria ocorrer uma maior fixação do homem no campo. Mas isso está acontecendo? Entendemos que esta

questão depende em grande parte das condições de vida que são dadas ao lavrador, tais como: saúde, transporte, preço dos produtos agrícolas, educação etc.

7 - PRINCIPAIS PROBLEMAS DOS MIGRANTES

Enquanto a falta de terra representava o maior problema para a grande maioria dos migrantes antes de sua chegada em Rondônia, (36,17%), outros tornaram-se agora mais relevantes. A doença passou a ser o principal deles, seguindo-se a ausência de transporte, o baixo preço dos produtos agrícolas e, em 4º lugar, aparece novamente a falta de terra como sendo o principal problema para 12,47% dos entrevistados.

Com relação à incidência de doenças, cite-se a malária, que segundo informações oficiais atinge 70,0% da população rural. Só no ano de 1987, mais de 200 mil pessoas foram acometidas pela doença.

8 - DURAÇÃO DO CICLO MIGRATÓRIO

Quanto às observações referentes às perspectivas de duração do ciclo migratório em Rondônia, fazemos nossos os comentários tecidos por G. Martine: "O colono chega, começa a fazer o desmatamento para plantar arroz, milho, feijão ou mandioca em dois ou três hectares. Com três ou quatro anos, se o colono tiver conseguido ficar no lote apesar dos problemas de saúde, de falta de infra-estrutura, do isolamento etc., ele terá conseguido desmatar 10 a 15 hectares. Só que, a essa altura, as primeiras áreas desmatadas já terão perdido a fertilidade natural do solo e virado capoeira ou, na melhor das circunstâncias, 'pasto'. A área de pastagem cresce rapidamente, pois é a forma encontrada pelo colono para adiar a perda total das áreas desmatadas. Entretanto, poucos colonos têm gado: conseqüentemente, a distinção entre capoeira e pastagem torna-se muito frágil. As áreas cobertas por matas, pastagens e capoeiras envolvem quase 90% da

área dos lotes”(2).

Se é muito breve o período em que a lavoura branca produz com relativa abundância, esperar-se-ia que as culturas permanentes poderiam ser uma alternativa. Isso, porém, não ocorre. O mesmo autor esclarece: “A produção de culturas permanentes é vista pelos técnicos e pelos colonos como a grande salvação em potencial para a agricultura de Rondônia; mas a grande maioria dos colonos não tem acesso a conhecimentos, financiamentos, infra-estrutura e mão-de-obra que lhes permitam fazer o necessário investimento para plantar essas culturas, e, posteriormente, evitar a perda de fertilidade do solo. Conseqüentemente, as culturas mais difundidas continuam sendo de lavoura branca. Como o escoamento é difícil, a maior parte da lavoura é de subsistência. A formação de pastagens visando um eventual rebanho próprio ou aluguel do pasto é uma outra promessa, mas poucos conseguem realizá-la.

Em suma, a recente experiência agrícola de Rondônia não permite vislumbrar uma expansão maciça da absorção de pequenos produtores, nem mesmo a manutenção dos atuais colonos nos projetos de colonização. As áreas disponíveis para a efetivação de novos projetos são cada vez mais insignificantes em relação ao tamanho da demanda de terra por parte de pequenos produtores expulsos de outras áreas. Entre os pequenos produtores já instalados, as dificuldades de sobrevivência são enormes; o que dizer da possibilidade de se transformarem em produtores capitalizados, produzindo para o mercado? As mesmas condições que penalizam a pequena produção em áreas tradicionais se recriam em áreas de fronteira com alguns agravantes adicionais.

Nessas condições, a venda dos direitos adquiridos sobre o lote se transforma, freqüentemente, na melhor opção de utilização dos fatores à disposição do colono”(3).

Por isso conclui o autor: “Na região amazônica, o ciclo de atração-estagnação-expulsão parece não ter condições de durar mais de 10 a 15 anos para cada sub-região ocupada

de forma mais intensa”(4).

9 - RE-MIGRAÇÃO/RETORNO

Impossibilitados de fixação, os migrantes buscam os espaços que ainda restam da chamada “fronteira agrícola”. Além de um processo de re-migração, já em curso há alguns anos, constata-se hoje um outro fenômeno: o do retorno. De acordo com dados fornecidos pelo Cetremi de Vilhena/RO, em 1987 retornaram 47 mil migrantes, ano em que, por outro lado, ingressaram no estado apenas 97 mil pessoas, contra 200 mil no ano imediatamente anterior(5).

10 - A QUEM SERVE A MIGRAÇÃO

Com o que vimos analisando, evidencia-se que a área de colonização do estado de Rondônia não é destinada às famílias de migrantes. Sendo, todavia, necessário muita gente para desbravar a mata, enfrentar as doenças, perigos etc., que outra estratégia poderia ter sido usada para ocupar a região? Vejamos de perto três maneiras de ocupação da fronteira agrícola:

- **Implantação de grandes fazendas em plena selva** - esta forma, dada a existência de grandes áreas desocupadas nas imediações, não é recomendável, pois a proximidade de tanta “terra sem dono” seria convite fácil ao trabalho livre, sendo praticamente impossível reter por muito tempo a mão-de-obra.

- **Regime de escravidão** - a “compra” e manutenção de trabalhadores em regime de escravidão, embora ilegal, tem sido largamente utilizada na ocupação de Rondônia. Este sistema, entretanto, além de onerar consideravelmente os gastos com segurança e vigilância, acarreta um custo político excessivamente elevado.

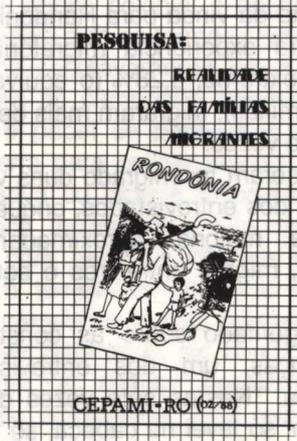
- **Colonização** - para o capitalista é mais interessante a existência de um exército de reserva que, por conta própria e em pequenas unidades de produção, garanta a reprodução da força de trabalho. Assim, os migrantes estariam preparando o terreno para as futuras empresas agropecuárias. Inicialmente enfrentam toda sorte de adversidades e, mais tarde,

são requisitados como trabalhadores dessas empresas. E trabalhadores a preço baixo, uma vez que reproduzindo-se pelo sistema de subsistência, abatem sensivelmente o valor dos salários. Daí que os projetos de assentamento são, via de regra, intercalados com os latifúndios das agro-empresas.

No início do processo, o governo realiza alguns investimentos no sentido de garantir a permanência dessa mão-de-obra. Todavia, seu objetivo último não é o de fixar o homem à terra, mas o de criar reservatórios de trabalhadores para a expansão do capitalismo. No caso específico de Rondônia, a mão-de-obra migrante destina-se fundamentalmente às empresas agropecuárias e de mineração.

Notas

- (1) MARTINE, George. Colonização e Expansão da Fronteira Agrícola no Brasil: Avaliação. México, novembro de 1983 (mimeo).
- (2) MARTINE, George. Migração e Absorção Populacional no Tópico Úmido. Manaus, 27 a 30 de abril/1987, mimeo, p.23.
- (3) Idem, p.24.
- (4) MARTINE, George. Op. Cit., p.09.
- (5) Cetremi, Vilhena-RO, 1987.



PESQUISA:
REALIDADE
DAS FAMÍLIAS
MIGRANTES
RONDÔNIA
CEPAMI-RO (1988)

Maiores informações sobre a pesquisa realizada pelo Cepami, sob o título: “Realidade das famílias Migrantes”, rua das Pedras, 299 - Cx. Postal 131, 78.930 Ji-Paraná/RO Fone: (069)421.1835